

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	7
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	26
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	28
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	29

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	500
Preferenciais	0
Total	500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	140	89	404
1.01	Ativo Circulante	128	82	404
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	64	39	358
1.01.03	Contas a Receber	1	0	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1	0	0
1.01.03.02.01	Créditos com Controladas	1	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	63	43	46
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	63	43	46
1.02	Ativo Não Circulante	12	7	0
1.02.02	Investimentos	12	7	0
1.02.02.01	Participações Societárias	12	7	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	12	7	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	140	89	404
2.01	Passivo Circulante	17	16	363
2.01.02	Fornecedores	0	7	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	7	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	17	9	6
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13	5	6
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12	3	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Tributárias	1	2	6
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4	4	0
2.01.05	Outras Obrigações	0	0	357
2.01.05.02	Outros	0	0	357
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	0	0	357
2.03	Patrimônio Líquido	123	73	41
2.03.01	Capital Social Realizado	1	1	1
2.03.04	Reservas de Lucros	0	0	2
2.03.04.01	Reserva Legal	0	0	2
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	122	72	38

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	173	77	47.529
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-32	0	-56.880
3.03	Resultado Bruto	141	77	-9.351
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-99	-36	-228
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-99	-36	-228
3.04.02.01	Despesas gerais e administrativas	-56	-35	-188
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-43	-1	-40
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	42	41	-9.579
3.06	Resultado Financeiro	35	0	9.658
3.06.01	Receitas Financeiras	159	0	72.646
3.06.02	Despesas Financeiras	-124	0	-62.988
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	77	41	79
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27	-9	-13
3.08.01	Corrente	-27	-9	-13
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	50	32	66
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	50	32	66
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,1	0,064	0,132

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	50	32	66
4.03	Resultado Abrangente do Período	50	32	66

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30	-312	357
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	50	32	66
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	50	32	66
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20	-344	291
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-20	3	-46
6.01.02.02	Contas a Pagar	-7	7	-1
6.01.02.03	Obrigações tributárias	8	3	6
6.01.02.04	Partes relacionadas	-1	0	-25
6.01.02.05	Outras obrigações	0	-357	357
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5	-7	0
6.02.01	Aquisição de participação em controladas	-5	-7	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	25	-319	357
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39	358	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	64	39	358

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	72	0	0	73
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	72	0	0	73
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50	0	50
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50	0	50
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	50	-50	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	50	-50	0	0
5.07	Saldos Finais	1	0	122	0	0	123

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	40	0	0	41
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	40	0	0	41
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32	0	32
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32	0	32
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32	-32	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	32	-32	0	0
5.07	Saldos Finais	1	0	72	0	0	73

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	-26	0	-25
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	-26	0	-25
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66	0	66
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66	0	66
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	40	-40	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	38	-38	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	2	-2	0	0
5.07	Saldos Finais	1	0	40	0	0	41

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	192	77	47.529
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-88	-35	-57.068
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-32	0	-56.880
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-56	-35	-188
7.03	Valor Adicionado Bruto	104	42	-9.539
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	104	42	-9.539
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	159	0	72.646
7.06.02	Receitas Financeiras	159	0	72.646
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	263	42	63.107
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	263	42	63.107
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	89	10	53
7.08.02.01	Federais	76	6	53
7.08.02.03	Municipais	13	4	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	124	0	62.988
7.08.03.03	Outras	124	0	62.988
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	124	0	62.988
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50	32	66
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	50	32	66

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração**

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 38.042.694/0001-00, com sede na Rua Tabapuã, nº 41, 13º andar, sala 02, Itaim Bibi, CEP 04533-010 ("Companhia" ou """"), apresenta-lhes o presente Relatório da Administração em conjunto com as anexas Demonstrações Financeiras Anuais e parecer dos auditores independentes da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborado pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. Esclarecemos que as Demonstrações Financeiras Anuais foram preparadas de acordo com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), observando as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76").

1. Contexto Operacional

A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução 2.686 ("Créditos Financeiros*"); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; e (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas.

Parágrafo Primeiro - No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Financeiros por seus cedentes originais, se feita à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Financeiros.

Parágrafo Segundo - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Financeiros supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Financeiros, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar suas características dos Créditos Financeiros; (ii) a aquisição e a alienação de títulos representativos de Créditos Financeiros; (iii) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Financeiros; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Financeiros; (v) a realização de operações nos mercados de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

derivativos visando cobertura de riscos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos.

A Companhia se reuniu nas seguintes datas para:

- a) 005.194/9-000 - Escritura de debênture emitida em 15/04/2023, com vencimento em 15/04/2030, nominativa, não conversível, sem preferência, agente fiduciário Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), total de títulos igual a 100.000. 4ª emissão particular pública. Data de vencimento conforme instrumento.
- b) 005.545/1-000 - Escritura de debênture emitida em 09/11/2023, com vencimento em 09/11/2028, nominativa, não conversível, garantia real, agente fiduciário Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com montante de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), total de títulos igual a 4.000.000. 5ª emissão particular pública.
- c) 005.574/8-000 - Escritura de debênture emitida em 08/12/2023, com vencimento em 22/08/2031, nominativa, não conversível, subordinada, agente fiduciário não informado, com montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), total de títulos igual a 200.000. 6ª emissão particular pública.
- d) 005.626/1-000 - Escritura de debênture emitida em 15/12/2023, com vencimento em 15/12/2030, nominativa, não conversível, sem preferência, agente fiduciário Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com montante de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), total de títulos igual a 5.000.000. 7ª emissão particular pública.

2. Condições econômicas da Companhia em 2023

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 50.081,13 (cinquenta mil, oitenta e três reais e treze centavos) no período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Esse resultado foi impulsionado pela redução dos custos dos serviços prestados, resultado da liquidação e novas operações.

Atualmente, a Companhia tem apenas compromissos financeiros relacionados à sua própria manutenção, os quais estão sendo integralmente cumpridos com recursos próprios. Além disso, possui caixa suficiente para honrar seus compromissos com fornecedores. Caso necessário, os acionistas estão prontos para disponibilizar novos recursos.

2.1 Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

O lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2023, conforme mencionado no parágrafo anterior, será destinado à composição da reserva de lucros, a qual será distribuída oportunamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**2.2 Emissão de Dívidas**

A Companhia não emitiu ou adquiriu quaisquer outros títulos de dívida e não possui contratos de empréstimos e financiamentos com outras instituições financeiras.

3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

Atualmente a companhia possui investimentos no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) vendidos pela controladora Travessia Assessoria Financeira LTDA., conforme comentado na Nota Explicativa nº 6.

4. Projetos desenvolvidos

Durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram integralizados 4 (quatro) patrimônios separados compostos por Debêntures Financeiras. Atualmente, a Companhia conta com 5 (cinco) patrimônios separados.

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia contratou o auditor independente apenas para a prestação do serviço de auditoria externa, evitando assim, qualquer tipo de conflito de interesse.

6. Perspectivas

Para o ano de 2024, a Companhia continuará focada no desenvolvimento de novos negócios no setor de securitização financeira de qualquer título de créditos ou valor mobiliário compatível com suas atividades, além de investir na automação de processos operacionais, incluindo a gestão de carteiras.

Esclarecemos, por fim, que as Demonstrações Financeiras Anuais apresentadas abaixo têm a finalidade de atender ao disposto nos artigos 22 e 27 da Resolução CVM nº 80/22, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Res CVM 80") e que este Relatório da Administração é parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas.

A handwritten signature in black ink, reading "Vinicius Stopa". The signature is fluid and cursive, with the first name and last name clearly distinguishable.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”)**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 03 de julho de 2020.

A Companhia tem por objeto social: **(i)** A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 (“Créditos Financeiros”); **(ii)** A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Em 26 de outubro de 2022 foi deliberado a alteração da razão social da Companhia para Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram integralizadas 14 séries de debêntures, que totalizam 04 patrimônios separados.

Tipo	Emissão	Série	Data integralização	Valor emissão
DEB	04 ^a	1	27/04/2023	95.000
DEB	04 ^a	2	27/04/2023	5.000
DEB	05 ^a	1	17/11/2023	640.000
DEB	05 ^a	2	17/11/2023	800.000
DEB	05 ^a	3	17/11/2023	800.000
DEB	05 ^a	4	17/11/2023	560.000
DEB	05 ^a	5	17/11/2023	1.200.000
DEB	06 ^a	1	15/12/2023	200.000
DEB	06 ^a	2	15/12/2023	12.000
DEB	07 ^a	1	26/12/2023	1.700.000
DEB	07 ^a	2	26/12/2023	800.000
DEB	07 ^a	3	26/12/2023	700.000
DEB	07 ^a	4	26/12/2023	300.000
DEB	07 ^a	5	26/12/2023	1.500.000

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Autorização

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 25 de março de 2024.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

A Companhia deve verificar se atende à definição de entidade de investimento. A entidade de investimento é uma entidade que:

- (a) Obtém recursos de um ou mais investidores com o intuito de prestar a esses investidores serviços de gestão de investimento;
- (b) Se compromete com os seus investidores no sentido de que seu propósito comercial é investir recursos exclusivamente para retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos; e
- (c) Mensura e avalia o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A, não tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

Portanto as demonstrações financeiras não devem ser consolidadas, uma vez que a Companhia não possui o controle das investidas.

Nas demonstrações financeiras, os Investimentos são reconhecidas pelo seu valor de custo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um <i>Sale and Leaseback</i> (Transação de venda e retroarrendamento).	Alterações para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	01/01/2024
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante.	(equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro e doze meses.	01/01/2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores	Alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos conta movimento	2	38
Aplicações financeiras (i)	62	1
Total	64	39

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 99% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Impostos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2023, se referem basicamente a estimativas de IRPJ/CSLL e outros impostos a compensar no valor de R\$ 63 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

5. Partes relacionadas

5.1. Transações com partes relacionadas – passivo circulante

Descrição	31/12/2023
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.	1
Total	1

Montante referente às operações de mútuo com acionista e controladora para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração.

6. Investimentos

Em 27 de dezembro de 2023, a companhia adquiriu investimentos que pertenciam à controlada Travessia Assessoria Financeira Ltda, no valor total de R\$ 12 (R\$ 7 em 2022), conforme detalhado a seguir:

Razão Social	CNPJ	Preço Aquisição em Reais – R\$	
		2023	2022
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS I S.A.	28.758.267/0001 61	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS II S.A.	28.913.030/0001 08	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS III S.A.	30.037.009/0001 38	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS IV S.A.	31.908.224/0001 20	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS IX S.A.	37.309.079/0001 47	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XII S.A.	38.042.674/0001 21	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXI S.A.	40.004.405/0001 12	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXIV S.A.	41.008.985/0001 89	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXVII S.A.	46.081.128/0001 28	500	500
ELLEVE & TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	38.419.803/0001 58	500	500
SOLFACIL SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	32.247.733/0001 11	500	500
SOLFARMA SECURITIZADORA DE CREDITOS MERCANTIS S.A.	40.004.380/0001 57	500	500
SUPERSIM SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	35.881.094/0001 30	500	500
TRAVESSIA MPT 18 SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	38.028.620/0001 01	500	500
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXXII S.A.	47.965.456/0001-50	500	-
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXV S.A.	45.741.898/0001-97	500	-
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XVI S.A.	38.419.815/0001-82	500	-
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS X S.A.	37.901.961/0001-87	500	-
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XI S.A.	37.763.835/0001-03	500	-
TRAVESSIA & DELTA SECURITIZADORA DE CREDITOS MERCANTIS S.A.	41.719.223/0001-90	500	-
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS VII S.A.	44.379.280/0001-66	500	-
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS V S.A.	41.719.231/0001-37	500	-
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS VIII S.A.	36.699.663/0001-93	500	-
Total		11.500	7.000

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 não há saldo a pagar de fornecedores (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

8. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
COFINS a Recolher	1	1
ISS a Recolher	4	4
Outros impostos a Recolher	-	1
IRPJ/CSLL a Recolher (i)	12	3
Total	17	9

- (i) Refere-se substancialmente a imposto de renda e contribuições sociais a pagar incidentes sobre o resultado gerado pela Companhia.

8.1. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	77	41
Adição	36	-
(-) Compensações de prejuízos fiscais	-	(2)
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	113	39
Taxa efetiva para Impostos 24%	24%	24%
(=) Imposto de renda e contribuição social	(27)	(9)

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R\$ 1.

9.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

9.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

Notas Explicativas**10. Provisão para contingências**

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

11. Receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2023, as receitas operacionais estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados	192	85
PIS, COFINS e ISS	(19)	(8)
Total	173	77

12. Custos gerais

Em 31 de dezembro de 2023, os custos gerais estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023
Taxas CVM	(32)
Total	(32)

13. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas gerais e administrativas, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Assessoria contábil e auditoria	(42)	(23)
Honorários advocatícios	(1)	-
Anúncios e publicações	(13)	(12)
Total	(56)	(35)

14. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas tributárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outras Taxas Contribuições e Impostos (i)	(43)	(1)
Total	(43)	(1)

- (i) Refere-se, basicamente, à multa cominatória devido à ausência da entrega das Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2021.

Notas Explicativas

15. Resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2023 as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

15.1. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras (a)	158
Outras receitas financeiras	1
Total	159

- (a) Rendimentos de aplicações financeiras decorrentes de recursos originados de direitos creditórios.

15.2. Despesas financeira

Descrição	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras (a)	(124)
Total	(124)

- (a) Despesas com repasse de rendimentos de aplicações financeiras das operações securitizadas.

16. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

16.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2023 são descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

17. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período findo em 31 de dezembro 2023.

Notas Explicativas

18. Relação com auditores

De acordo com a Instrução CVM nº 381/03, o administrador não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria externa.

19. Eventos subsequentes

O Conselho Monetário Nacional ("CMN") divulgou no Diário Oficial da União, em 2 de fevereiro de 2024, a Resolução 5.118 (alterada pela Resolução CMN n. 5.121/2024), que trata do lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs") e Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs") emitidos por companhias securitizadoras. De maneira ampla, houve uma diminuição nos tipos de lastro que podem ser utilizados para a emissão desses certificados de recebíveis.

O que está determinado nas resoluções não terá efeito sobre as transações em que os títulos já tenham sido emitidos, nem sobre as ofertas públicas de distribuição cujo registro tenha sido requerido na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) antes da publicação das resoluções. Contudo, as novas normas serão válidas para as ofertas de CRI e CRA que tenham suas datas de vencimento adiadas

Dentro do que é estabelecido, as resoluções determinam que os CRAs e CRIs não devem ter como lastro títulos de dívida emitidos por Companhias abertas ou partes relacionadas à Companhias abertas, a menos que o principal setor de atividade da Companhia aberta seja imobiliário ou do agronegócio, dependendo do caso, para os CRIs ou CRAs, respectivamente.

Seguindo o que está estabelecido, o termo "segmento predominante" de uma Empresa será aquele que contribui com mais de dois terços do total de sua receita consolidada, conforme o registrado nas respectivas demonstrações financeiras do ano anterior.

Desta forma, a partir de 02 de fevereiro de 2024, apenas companhias relacionadas diretamente com o agronegócio ou o mercado imobiliário têm permissão para emitir esses papéis de renda fixa. Fica proibida a emissão de CRIs e CRAs que tenham como garantia títulos de dívida emitidos por empresas de setores distintos, como o de saúde, varejo e locação de veículos, que, nos últimos anos, se beneficiaram da possibilidade de se encaixar com os recursos provenientes desses papéis para realizar a emissão de CRIs e CRAs.

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adota o conceito de "partes relacionadas" conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico 5 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual define como partes relacionadas àquelas em que: Uma controla a outra, de forma direta ou indireta; Existe controle comum; Uma demonstra interesse na outra e tem influência significativa; ou Pessoas chave da administração da entidade ou da controladora, bem como membros próximos da família de qualquer indivíduo que seja parte relacionada.

Notas Explicativas

19. Eventos subsequentes--Continuação

As resoluções também determinam que os CRAs e CRIs não podem ter como lastro títulos de dívida de instituições financeiras ou entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou suas partes relacionadas. De acordo com o artigo 3º, inciso II dessas resoluções, os CRAs e CRIs também não podem ser: baseados em direitos creditórios resultantes de transações entre partes ligadas; ou Originados de operações financeiras cujos fundos sejam utilizados para reembolsar despesas.

No que se refere ao último ponto, apesar da redação das resoluções levantar questões ao mencionar "operações financeiras" - um termo amplo e não definido nas resoluções, a interpretação do regulamento indica que a estruturação de emissões de CRIs e CRAs, cujos direitos de crédito tenham como lastro dívidas destinadas, em parte ou no todo, ao reembolso de despesas incorridas pelo devedor do lastro antes da emissão dos respectivos certificados de recebíveis (CRI/CRA de reembolso) está proibida.

Por fim, é importante ressaltar que a administração da Companhia está atenta às mudanças regulatórias e de mercado, buscando sempre estar em conformidade com as novas normas e adaptar suas estratégias conforme necessário. Entretanto, a Companhia informa, conforme amplamente demonstrado, que não realiza a emissão de CRIs e CRAs, mas está atenta a todas as mudanças regulatórias.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A). ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Camila Maria Oliveira
Diretora de Securitização

Eu, Thais de Castro Monteiro, brasileiro, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 421.565.628-14, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Thais de Castro Monteiro
Diretora de Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Crédito Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Travessia Securitizadora de Crédito Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Camila Maria Oliveira
Diretora de Securitização

Eu, Thais de Castro Monteiro, brasileiro, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 421.565.628-14, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Crédito Financeiros S.A; sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revisei, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Thais de Castro Monteiro
Diretora de Compliance